

Editorial 123 – Relatório Económico Anual de 2024

Por: Heitor Carvalho

O CINVESTEC publicou o seu Relatório Económico Anual de 2024. É impossível reproduzir neste espaço as 142 páginas do relatório ou sequer as 10 páginas do seu resumo, pelo que apelamos à leitura do documento em www.cinvestec.com.

Nos seus 6 capítulos tratamos do produto e emprego, inflação, conta externa, ambiente de negócios, política monetária e cambial.

O produto e emprego analisa o crescimento do PIB em duas perspectivas: 1) a resultante do cálculo do INE usando a metodologia das medidas encadeadas de volume, onde o crescimento foi de 4,1, mas infelizmente centrado nos diamantes, petróleo, pescas, comércio e serviços públicos; 2) a resultante do nosso cálculo em valor nominal deflacionado onde o crescimento é de apenas 1,3%, com -5,3% nas “exportações”, mas 4,1% na produção interna não exportada. Ficámos um pouco mais pobres devida à queda do valor real do VAB das exportações!

Sobre o emprego destacamos que apenas recuperámos o nível dos empregos formais existentes em 2019 (antes da crise da pandemia), sendo os 2,6 milhões de empregos criados desde então quase totalmente informais. Apenas 14% das pessoas que procuram emprego conseguem um emprego formal, com 18% nas cidades e apenas 7% no mundo rural. Esta situação obriga a que quase todos os adultos necessitem de trabalhar. Sobretudo nas cidades, onde os empregos obrigam a grandes deslocações, quase todos os maiores de 15 anos saem de casa para trabalhar ou procurar emprego, abandonando as crianças ao cuidado dos irmãos mais velhos, reduzindo o aproveitamento escolar, aumentando o abandono escolar, criando uma mão-de-obra pouco produtiva e uma sociedade sem valores, onde as crianças são educadas por outras crianças! Esta situação é socialmente insustentável.

Calculámos também a “oferta ao consumo”, somando toda a produção interna com as importações excepto as de bens de investimento e serviços às petrolíferas. Esta aproximação à oferta ao consumo reduziu-se, 15% desde o início da legislatura, sendo esta uma medida bastante aproximada da queda do rendimento individual!

Na análise sectorial detalhamos a evolução de cada sector e mostramos as muitas inconsistências que ainda encontramos no cálculo do PIB. Analisamos também a opinião dos empresários publicada nos inquéritos de conjuntura do INE e apresentamos para os principais sectores aquilo que pensamos serem as melhores soluções para o seu desenvolvimento.

Sobre a inflação apresentamos a tese da suavização da curva para explicar o valor apresentado pelo INE em Junho de 2023, mostrando que «a inflação mensal se manteve estável perto de 1,6% (correspondente a uma inflação homóloga de 21%) pelo menos desde Junho de 2024, mas muito provavelmente desde Julho de 2023.

Defendemos a tese de que a principal causa da inflação se encontra do lado da oferta, com a redução dos rendimentos das exportações, o que efectivamente, reduziu, como já afirmámos, a oferta ao consumo, aumentando os preços. Contudo, também do lado monetário houve alguma pressão inflacionista, com o M2 em Moeda Nacional a crescer 7,5%.

Na conta externa registamos a variação positiva do saldo não-petrolífero, que melhora 5,2%, mas, infelizmente apenas pela redução da importação de bens essenciais, com o já assinalado efeito no crescimento da inflação. A cobertura das importações pelas

exportações não petrolíferas mantêm-se extremamente baixo, melhorado apenas e 13,2% para 13,5%!

A estrutura das exportações por categoria de produtos, mantêm-se praticamente inalterada, com o petróleo a aumentar de 93,8% para 93,9%, os diamantes a baixar de 4,3 para 4,2% e a soma de tudo o resto a manter-se em 1,9%! Nesta perspectiva não há qualquer diversificação!

Na balança de rendimentos o mais relevante são os juros e lucros cuja rentabilidade exportada desce de 8,9 para 7,9%.

O investimento angolano no exterior, excluindo as reservas do BNA, passa de 32,9 para 33,5 mil milhões de USD, aumentando 0,65 mil milhões (+2,0%). O investimento estrangeiro em Angola desce 3,4%, de 67,9 para 65,6 mil milhões de USD (-2,3 mil milhões de USD). Desde 2017, o saldo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) cai 59%, de 29,4 para 12,0 mil milhões e o saldo de investimento externo total cai de 81,5 para 65,6 mil milhões (-20%)!

As reservas internacionais tiveram um crescimento de 1.044 milhões de USD (+7,1%)! A cobertura varia entre os 5 e 8 meses de importações!

No capítulo do Ambiente de Negócios falamos sobre a necessária acumulação de capital, o que deve ser feito para o aumento do número de empresas e negócios, as questões do comércio, nomeadamente a necessidade de um protecçãoismo que faça crescer a competitividade em substituição da actual política de proibição de importações, o que deve ser feito para dinamizar o comércio interno, a confiança, o primado da lei, o combate à corrupção, a segurança pública e a reforma económica do Estado, onde defendemos uma alteração substantiva da despesa pública. Falamos ainda sobre a necessidade de uma política de natalidade para reduzir a miséria e de uma reforma educativa que reponha os níveis de conhecimento e de produtividade.

Na política monetária falamos dos instrumentos de política monetária do BNA e dos seus efeitos nas taxas de juro às empresas, no crédito e nos agregados monetários, todos muito importantes para o crescimento da produção interna e a redução da inflação.

Sobre a política cambial defendemos uma importante alteração das regras que determinam o mercado cambial, essenciais para, do nosso ponto de vista, controlarmos a inflação.

Sobre a política fiscal analisamos a execução orçamental de 2024, apontando algumas incongruências nos dados e os principais problemas na distribuição da despesa, nomeadamente, no que diz respeito à despesa por natureza, o excessivo peso dos juros, investimentos e subsídios (nomeadamente a necessidade de eliminação dos subsídios aos combustíveis, substituindo-os por subsídios ao transporte urbano de pessoas e à agricultura) e a insuficiência na rubrica de bens e serviços e, sobretudo, das transferências para as famílias.

No que diz respeito à despesa por função enfatizamos a necessidade de aumento significativos das rubricas de educação, saúde e apoio social, incluindo uma política de habitação social em substituição da actual política de centralidades, passando o apoio social total, incluindo a segurança pública, que é uma função social do Estado, de 30% para 68%. Para o apoio às empresas propomos um aumento dos actuais 8,5% para 15,0%. Em contrapartida, a burocracia e subsídios gerais, que representam 27% devem reduzir-se para 3,5%, a defesa dos actuais 7,9% para 3,5% e os juros de 27% para 10%!

Em poucas palavras, é nos 62% de gastos do Estado consigo próprio (burocracia, defesa e juros) e 38% com os cidadãos e as empresas que reside o principal problema da nossa despesa governamental! Ao invés, na nossa opinião, para desenvolver a economia e o

bem-estar dos cidadãos o Estado deve gastar 68% com os seus cidadãos, 15% com o apoio às empresas e apenas 17% consigo próprio!

Luanda, 2 de Junho de 2025